

Emendas populares obtêm mais de 11,2 milhões de assinaturas

Carmem Kozak

Cento e vinte duas emendas, com um total de 11 milhões, 238 mil, 149 assinaturas. Esse é o balanço geral da mobilização popular para a coleta de assinaturas realizada em todo o País por diversos segmentos da sociedade. Distribuídas em pouco mais de 20 temas diferentes, as emendas tratam desde a melhoria do transporte coletivo e direitos do consumidor até eleições presidenciais em 15 de novembro de 1988.

Depois da divulgação oficial do número de assinaturas que cada proposta obteve surgiu uma surpresa: a emenda mais apoiada é a que garante a preservação dos serviços de aprendizagem comercial e industrial, representados pelo Sesi, Sesc, Senai e Senac. A proposta foi promovida por mais de 17 entidades e dividida em seis emendas distintas, que somam 1.617.751 assinaturas.

Com isso, as emendas que prevêem a reforma agrária, promovidas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), CNBB, CUT e outras entidades, que estavam sendo as mais cotadas, passaram para o segundo lugar, totalizando 1.616.466 assinaturas nas seis propostas existentes.

Outra surpresa está relacionada às emendas que tratam do direito à saúde. Em três propostas, apenas 156.045 assinaturas foram coletadas, sendo que deste total 72.501 eleitores apoiam a privatização dos serviços médicos, promovida pela Federação Brasileira de Hospitais.

Os presidentes da Constituinte e da Comissão de Sistematização, deputado Ulysses Guimarães e senador Afonso Arinos, não consideram que o número de assinaturas é a questão mais importante na análise das propostas populares. Ulysses, que recebeu quase todas as emendas, chegou a afirmar na entrega da que estabelece eleições presidenciais em 15 de novembro do próximo ano, que os constituintes "terão que meditar também sobre o tempo que foi gasto na coleta de assinaturas".

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), apesar de não ser obrigado regimentalmente, afirma que pretende acolher todas as propostas em seu substitutivo, desde que o mérito não descaracterize o Projeto. Cabral considera que não pode julgar sozinho o mérito de propostas "vindas de um trabalho de apoio à Constituinte feito com tanta participação".

Proposta do Cimi gera controvérsia

Apesar de ter atingido apenas 44.171 assinaturas, a proposta do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) que preserva as terras de nações indígenas, é no momento, a mais polêmica. O jornal O Estado de S. Paulo divulgou há uma semana a denúncia de que a proposta apoiada pela CNBB defende interesses internacionais e retira a soberania do Brasil sobre essas terras. As denúncias provocaram uma ação criminal contra o jornal, que segundo o presidente da CNBB, dom Luciano Mendes, "se envolveu em uma campanha difamatória promovida pelas empresas mineradoras em detrimento dos interesses dos povos indígenas".

Toda a polêmica está centrada no fato da emenda prever que o Brasil é uma república plurinacional indissolúvel e, principalmente, por proibir a exploração de minerais nas terras ocupadas pelos índios. Assim, o Governo Federal não poderia mais conceder direitos de exploração a empresas de mineração. A emenda prevê porém que em caso de extrema necessidade, a União, poderá explorar as áreas onde se encontram os minerais.

TEMAS MAIS POPULARES

TEMA	Quantidade de emendas	Total de assinaturas
• Preservação do Sesi, Senai, Senac e Sesc	05	1.617.751
• Reforma agrária	06	1.616.466
• Direitos da criança	03	1.350.211
• Educação para todos	09	1.168.776
• Direitos do trabalhador	05	974.604
• Redivisão territorial	05	829.323
• Institutos de previdência	04	437.950
• Participação popular	02	367.049
• Aposentadoria	07	349.223
• Saúde	03	156.045
• Eleições diretas	02	146.041
• Paranormalidade	02	113.674
• Livre iniciativa	02	102.425
• Transporte coletivo	02	55.860
• Habitação	01	32.231

Contrastes marcam sugestões

O Brasil é uma república plurinacional, composta por 32 Estados, que garantirão a educação para todos em estabelecimentos públicos e particulares. Em 15 de novembro de 1988 será eleito o novo presidente da República, mas em 1993 um plebiscito decidirá se o País adotará o regime monárquico parlamentar. Fica garantido o direito de propriedade, mas a União desapropriará as áreas rurais superiores a 50 módulos fiscais.

Este seria o esboço da futura Constituição do Brasil caso fossem acolhidas todas as emendas populares. Com as atenções voltadas principalmente aos assuntos polêmicos, as entidades que promoveram as emendas conseguiram atrair todas as atenções da Assembléia Nacional Constituinte durante a última semana, sendo esquecidas as emendas dos parlamentares.

Os próprios promotores das emendas reconhecem que 20 delas serão motivo de discussão no plenário da Constituinte. Dentre elas estão reforma agrária, redivisão territorial, direitos do trabalhador, aposentadoria, exploração das terras indígenas e eleições diretas para a presidência.

Reforma Agrária

Foram apresentadas seis emendas prevendo a desapropriação de qualquer área que não esteja atendendo a obrigação social. A propriedade fica limitada a 50 módulos fiscais, mas estão fora da desapropriação as terras que forem comprovadamente produtivas e que possuem menos de três módulos fiscais. A única proposta contrária, foi encaminhada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e atingiu 43.275 assinaturas. Ela prevê a desapropriação somente das terras comprovadamente inexploradas.

Direitos do Trabalhador

Em cinco emendas a CUT, CGT e outras entidades sindicais, defendem a jornada de 40 horas e a estabilidade no emprego depois de noventa dias. Preveem ainda 120 dias de licença pós-parto e trinta dias de férias com pagamento de salário dobrado. A Federação das Indústrias do Rio Grande Sul, com 32.425, proíbe a estabilidade no emprego, sob alegação de que a medida desequilibrará o crescimento do mercado.

Educação

O tema foi o que atraiu o maior número de emendas, um total de nove, com 1.168.776 assinaturas. Todas estabelecem o direito à educação. A maioria, no entanto, prevê o repasse de recursos do Estado às escolas particulares. Assim, é criado o direito de escolha da Educação.

Redivisão territorial

Está é a última oportunidade dos defensores da criação de novos Estados conseguirem a aprovação de sua tese. Por isso, além das

emendas dos constituintes, foram encaminhadas cinco propostas. A mais apoiada é contra a divisão da Bahia no estado de Santa Cruz, com 434.316 assinaturas. O Tocantins — desmembramento de Goiás — atingiu 79.950; Triângulo (MG), 202.577; Santa Cruz (BA), 31.237; Iguacu (sudoeste de Santa Catarina e noroeste do Paraná), 41.234; e São Francisco (sul da Bahia e norte de Minas), 47.000.

Livre iniciativa

A Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), conseguiu 70 mil assinaturas em defesa da livre iniciativa. Com isso, eles pretendem que o Estado interfira menos na Ordem Econômica. A Fiegs também apoiou a emenda ampliando para 102.425 o número de assinaturas.

Saúde

Apesar de ser considerado um dos temas principais a saúde atraiu pouco a atenção dos eleitores. Em apenas três emendas 156.045 brasileiros pedem a garantia do direito à saúde. Deste total, no entanto, 72.501, representados pela Federação Nacional de Hospitais, defende a privatização de todo o atendimento médico.

Aborto

A União de Mulheres de São Paulo e o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde conseguiram 33.338 assinaturas de apoio a emenda sobre a saúde da mulher. A proposta garante a liberdade de aborto até o terceiro mês de gestação e prevê ainda que o Estado se responsabilizará por todas as despesas médico-hospitalares.

Participação Popular

Para garantir o cumprimento da Constituição e a possibilidade de sua mudança com a vontade da população foram preparadas duas emendas, com 367.049 assinaturas. Segundo a emenda a futura Constituição poderá ser emendada através de proposta popular com o apoio de no mínimo 30 mil eleitores.

Eleições Diretas

Foram apresentadas duas propostas diferentes. A primeira promovida pela CUT e PT estabelecendo eleições presidenciais e para o Congresso Nacional 60 dias após a promulgação da Constituinte. A segunda, encaminhada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e Associação Brasileira dos Arquitetos, é conhecida como a emenda do senador Mário Covas. Ela prevê a realização de eleições diretas no dia 15 de novembro de 1988.

Paranormalidade

A liberdade da prática da mediunidade e da paranormalidade foi aprovada por 113.674 eleitores. Dentre outras coisas pretende-se que o Estado reconheça que a assistência espiritual é também um método curativo. As emendas foram promovidas pelo programa Terceira Visão, da Rede Bandeirantes de Televisão, e diversas entidades espíritas de todo o País.

Sessões de defesa terão datas amanhã

O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), anunciará amanhã quais sessões serão dedicadas à defesa das emendas populares. Com isso, a Constituinte, que ficou voltada durante toda a semana passada para as manifestações de diversos grupos da população, terá também a oportunidade de ver um dignatário de cada uma das 122 emendas no plenário fazendo a sustentação da proposta.

Segundo o Regimento Interno da Constituinte a emenda popular terá o mesmo tempo de defesa das propostas dos parlamentares. Mas o grande número que foi encaminhado certamente dificultará a elaboração do calendário, podendo causar um sorteio de oradores. De acordo com o regimento, cada defensor tem direito a 20 minutos no plenário. Assim, para que todos possam falar serão necessários 2.400 minutos — mais de dois dias contínuos de discussão.

O presidente da Comissão já chegou a afirmar que não há condições de destinar mais de um dia de discussão para as propostas populares. Antes do encerramento do prazo, Arinos acreditava que pouco mais de 60 emendas seriam encaminhadas à Assembléia. E mesmo assim ele achava que o tempo seria insuficiente, pois, além dos defensores, o relator Bernardo Cabral e um constituinte poderão falar por uma hora, defendendo ou

Aprovação

Os promotores das emendas populares não precisam se preocupar, no entanto, com essa defesa na Comissão de Sistematização, pois já ficou decidido que serão aprovadas para apreciação do plenário todas as 122. Desse total, 37 não cumpriram as exigências regimentais — mínimo de 30 mil assinaturas, número do título de eleitor dos signatários e apresentação por mais de três entidades. Mas os próprios funcionários da secretaria se encarregaram de encontrar constituintes que subcrevessem as emendas, tornando-as automaticamente válidas.

O mérito de cada uma só será avaliado no plenário da Constituinte, onde serão votadas com as emendas dos constituintes. Apesar da presidência da Mesa afirmar que o número de assinaturas não será o aspecto relevante, algumas entidades não concordam com a tese. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), por exemplo, lembra que o regimento interno estabeleceu o mínimo de 30 mil assinaturas, por considerar essa a média de votos de cada um dos constituintes. Por isso, afirma que sua proposta, que dispõe sobre a reforma agrária e atingiu 1.616.466 assinaturas representa o voto de aproximadamente 55 parlamentares.

Josemar Gonçalves



Menor levou emenda a Ulysses